

**TERMO DE REFERÊNCIA**

**Processo Administrativo nº. 23079.042080/2019-81**

**1. DO OBJETO**

1.1. Registro de Preços para a eventual contratação de empresa para a prestação de serviço de controle de pragas, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste instrumento:

UNIDADES REGIÃO METROPOLITANA DO RIO DE JANEIRO									
Grupo	Item	CATSER	Descrição	Und de Medida	Qtd por Aplicação	Nº de Aplicações no ano	Qtd Total Anual Estimada	Valor Unitário	Valor Anual
1	1	3417	Serviços de desinsetização	M²	523.988 m²	4	2.095.952 m²	R\$ 0,09	R\$ 188.635,68
	2	3417	Serviços de desratização	M²	531.938 m²	4	2.127.752 m²	R\$ 0,09	R\$ 191.497,68
	3	3417	Serviços de descupinização	M²	445.909 m²	4	1.783.636 m²	R\$ 0,09	R\$ 160.527,24
TOTAL ANUAL									R\$ 540.660,60

UNIDADES MACAÉ - RIO DE JANEIRO									
Grupo	Item	CATSER	Descrição	Und de Medida	Qtd por Aplicação	Nº de Aplicações no ano	Qtd Total Anual Estimada	Valor Unitário	Valor Anual
2	4	3417	Serviços de desinsetização	M²	12.595 m²	4	50.380 m²	R\$ 0,09	R\$ 4.534,20
	5	3417	Serviços de desratização	M²	12.595 m²	4	50.380 m²	R\$ 0,09	R\$ 4.534,20
	6	3417	Serviços de descupinização	M²	12.595 m²	4	50.380 m²	R\$ 0,09	R\$ 4.534,20
TOTAL ANUAL									R\$ 13.602,60

1.2. Estimativa de consumo do órgão gerenciador – UASG: 153115 e das unidades participantes:

GRUPO 1				ITEM 1	ITEM 2	ITEM 3
MEC-UFRJ-UNIVERSID.FED.DO RIO DE JANEIRO/RJ - UASG 153115				144.968,00 m²	144.968,00 m²	72.800,00 m²
CAMPUS UFRJ DUQUE DE CAXIAS PROFESSOR GERALDO - UASG 155766				12.560,00 m²	12.560,00 m²	12.560,00 m²
DECANATO CENTRO DE CIENC.DA SAUDE UFRJ - UASG 153137				484.276,00 m²	474.788,00 m²	476.192,00 m²
DECANATO CENTRO DE FILOS.E CIEN.HUM.UFRJ - UASG 153128				29.020,00 m²	29.020,00 m²	29.020,00 m²
HOSPITAL UNIVERSITARIO DA UFRJ - UASG 153152				280.000,00 m²	280.000,00 m²	140.000,00 m²
CENTRO DE CIÊNCIAS JURÍDICAS E ECONÔMICAS - UASG 153132				89.672,00 m²	89.672,00 m²	89.672,00 m²
CENTRO DE CIÊNCIAS MATEMÁTICAS E DA NATUREZA - UASG 153120				367.652,00 m²	408.940,00 m²	317.712,00 m²
PREFEITURA DA UNIVERSIDADE DA UFRJ - UASG 153119				11.680,00 m²	11.680,00 m²	11.680,00 m²
HOSPITAL ESCOLA SAO FRANCISCO DE ASSIS - UASG 158220				30.124,00 m²	30.124,00 m²	,00 m²
CENTRO DE TECNOLOGIA DA UFRJ - UASG 153157				500.000,00 m²	500.000,00 m²	500.000,00 m²
INSTITUTO DE BIOFISICA DA UFRJ - UASG 153145				146.000,00 m²	146.000,00 m²	134.000,00 m²
				2.095.952,00 m²	2.127.752,00 m²	1.783.636,00 m²
GRUPO 2				ITEM 4	ITEM 5	ITEM 6
CAMPUS MACAÉ UFRJ - UASG 152737				50.380,00 m²	50.380,00 m²	50.380,00 m²
Total Geral				2.146.332,00 m²	2.178.132,00 m²	1.834.016,00 m²

1.3. O objeto da licitação tem a natureza de serviço comum.

1.4. Os quantitativos e respectivos códigos dos itens são os discriminados na tabela acima.

1.5. A presente contratação adotará como regime de execução por Tarefa.

- 7
- 1.6. O prazo de vigência do contrato é de 12 (doze) meses, podendo ser prorrogado por interesse das partes até o limite de 60 (sessenta) meses, com base no artigo 57, II, da Lei 8.666, de 1993

## **2. JUSTIFICATIVA E OBJETIVO DA CONTRATAÇÃO**

- 2.1. A Justificativa e objetivo da contratação encontram-se pormenorizados em Tópico específico dos Estudos Preliminares, apêndice desse Termo de Referência.

## **3. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO:**

- 3.1. A descrição da solução como um todo, conforme minudenciado nos Estudos Preliminares, a contratação pretendida abrange a prestação de serviços de controle de vetores urbanos contemplando desratização, desinsetização, desratização e assemelhados em caráter preventivo e corretivo. O contratado deverá executar o serviço no período conforme, ou quando convocado pela fiscalização do contrato. O faturamento será de acordo com a prestação de serviços executados.

## **4. DA CLASSIFICAÇÃO DOS SERVIÇOS E FORMA DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR**

- 4.1. Trata-se de serviço comum de caráter continuado sem fornecimento de mão de obra em regime de dedicação exclusiva, a ser contratado mediante licitação, na modalidade pregão, em sua forma eletrônica.
- 4.2. Os serviços a serem contratados enquadram-se nos pressupostos do Decreto nº 9.507, de 21 de setembro de 2018, não se constituindo em quaisquer das atividades, previstas no art. 3º do aludido decreto, cuja execução indireta é vedada.
- 4.3. A prestação dos serviços não gera vínculo empregatício entre os empregados da Contratada e a Administração Contratante, vedando-se qualquer relação entre estes que caracterize pessoalidade e subordinação direta.

## **5. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO**

- 5.1. Conforme Estudos Preliminares, os requisitos da contratação abrangem o seguinte:
- 5.2. Os serviços serão executados em finais de semana ou feriados, conforme datas e horários contidos em cronograma a ser fornecido pela CONTRATANTE.
- 5.3. Nos meses em que não ocorrerem aplicações, a empresa deverá manter o controle de vetores e pragas urbanas realizando uma visita mensal de controle nas dependências da CONTRATANTE.
- 5.4. Os serviços objeto desta licitação têm natureza continuada, pelo fato de serem essenciais para a preservação da funcionalidade das instalações da UFRJ, e a interrupção dos mesmos poderia comprometer as atividades institucionais.
- 5.5. A duração inicial do Contrato de prestação dos serviços objeto desta licitação será de 12 (doze) meses, podendo ser prorrogada por iguais e sucessivos períodos, até o limite máximo de 60 (sessenta) meses.
- 5.6. Respeitados os princípios da razoabilidade e da proporcionalidade, a CONTRATADA deverá adotar práticas de sustentabilidade e de natureza ambiental no fornecimento na execução dos serviços e no fornecimento dos insumos, observando, no que for cabível, a Instrução Normativa nº 01 de 19 de janeiro de 2010 da Secretaria de Logística e Tecnologia da Informação do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, que versa sobre critérios de sustentabilidade ambiental na aquisição de bens, contratação ou obras pela Administração Pública Federal direta, autárquica e

fundacional, e a Lei nº 12.305 de 02 de agosto de 2010, que Institui a Política Nacional de Resíduos Sólidos.

5.6.1. A CONTRATADA deverá:

5.6.1.1. Racionalizar o uso de substâncias potencialmente tóxicas ou poluentes, informando, se for o caso, o tratamento adotado para o recolhimento dos resíduos;

5.6.1.2. Substituir as substâncias tóxicas por outras atóxicas ou de menor toxicidade;

5.6.1.3. Manter critérios especiais e privilegiados para aquisição de produtos e equipamentos que apresentem eficiência energética e redução de consumo de energia, classificados pelo Selo Procel de Economia de Energia (um instrumento promocional do Procel – Programa Nacional de Conservação de Energia Elétrica coordenado pelo Ministério das Minas e Energia), que comprova a eficiência energética;

5.6.1.4. Priorizar o emprego materiais, tecnologias e matérias-primas de origem local na execução dos serviços;

5.6.1.5. Efetuar o recolhimento das embalagens vazias e respectivas tampas dos agrotóxicos e afins, para fins de destinação final ambientalmente adequada, a cargo das empresas titulares do registro, produtoras e comercializadoras, ou de posto de recebimento ou centro de recolhimento licenciado e credenciado, observadas as instruções constantes dos rótulos e das bulas, conforme artigo 33, inciso I, da Lei nº 12.305, de 2010, artigo 53 do Decreto nº 4.074, de 2002, e legislação correlata.

5.6.2. Os materiais empregados pela CONTRATADA deverão atender à melhor relação entre custos e benefícios, considerando-se os impactos ambientais, positivos e negativos, associados ao produto;

5.6.3. A qualquer tempo a CONTRATANTE poderá solicitar à CONTRATADA a apresentação de relação com as marcas e fabricantes dos produtos e materiais utilizados, podendo vir a solicitar a substituição de quaisquer itens por outros, com a mesma finalidade, considerados;

5.6.4. Os materiais utilizados e suas embalagens deverão ser fabricados com materiais que possam ser reciclados.

5.7. Os serviços a serem realizados deverão obedecer:

5.7.1. Às normas, especificações técnicas e rotinas constantes neste Termo de Referência;

5.7.2. Às recomendações, prescrições e manuais dos fabricantes;

5.7.3. Aos preceitos das normas técnicas da ABNT (Associação Brasileira de Normas Técnicas), em especial:

5.7.3.1. NBR 15584 – Controle de vetores e pragas urbanas.

5.7.4. Aos preceitos das Normas Regulamentadoras – NR, estabelecidas pelo MTE, através de sua Secretaria de Segurança e Saúde no Trabalho – SSST, vigentes e atualizadas:

5.7.4.1. NR 06 – Equipamentos de Proteção Individual – EPI;

5.7.4.2. NR 09 – Programas de Prevenção de Riscos Ambientais;

5.7.4.3. NR 11 – Transporte, Movimentação, Armazenagem e Manuseio de Materiais;

5.7.4.4. NR 15 – Atividades e Operações Insalubres.

5.7.5. Às disposições legais da União e do Governo do Estado do Rio de Janeiro;



5.7.6. Aos regulamentos do Corpo de Bombeiros Militar do Estado do Rio de Janeiro;

5.7.7. Às seguintes resoluções, instruções, leis e decretos:

5.7.7.1. Instrução Normativa ANVISA nº 09/2010 – Dispõe sobre a restrição à utilização de componentes mascarantes nos produtos saneantes desinfestantes;

5.7.7.2. RDC nº 339, de 07/12/2005, da ANVISA – Dispõe sobre o uso de iscas em gel;

5.7.7.3. RDC nº 34, de 16/08/2010, do Ministério da Saúde – Regulamento técnico para Produtos Saneantes Desinfestantes;

5.7.7.4. RDC nº 59, de 17/12/2010, da ANVISA – Dispõe sobre os procedimentos e requisitos técnicos para a notificação e o registro de produtos saneantes;

5.7.7.5. RDC nº 52/2009 – Regulamento técnico para funcionamento de empresas especializadas na prestação de serviço de controle de vetores e pragas urbanas;

5.7.7.6. Lei nº 6360, de 23/09/1976 – Dispõe sobre a Vigilância Sanitária a que ficam sujeitos os produtos saneantes;

5.7.7.7. Instrução Normativa IBAMA nº 31, de 03/12/2009 – Cadastro Técnico Federal de Atividades Potencialmente Poluidoras ou Utilizadoras de Recursos Ambientais;

5.7.7.8. Lei nº 6.938, de 31/08/1981 – Dispõe sobre a Política Nacional do Meio Ambiente, seus fins, mecanismos de formulação e aplicação;

5.7.7.9. Decreto nº 96.044, de 18/05/1988, e Portaria nº 204, de 20/05/1997, do Ministério dos Transportes – Regulamentam o transporte rodoviário de produtos perigosos;

5.7.7.10. Decreto nº 7.746, de 05/06/2012 – Critérios, práticas e diretrizes para a promoção do desenvolvimento nacional sustentável nas contratações realizadas pela administração pública federal;

5.7.7.11. Decreto nº 2.657, de 03/07/1998 – Promulga a Convenção nº 170 da OIT, relativa à segurança na utilização de produtos químicos no trabalho.

5.7.7.12. Lei Estadual Lei nº 7.806 de 12 de dezembro de 2017 dispõe, no âmbito do Estado do Rio de Janeiro, sobre o funcionamento das empresas especializadas na prestação de serviços de controle de vetores e pragas urbanas e dá outras providências.

5.7.8. Às normas internas da UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO.

5.8. A garantia dos serviços prestados deverá ser de, no mínimo, 90 (noventa) dias, a contar da data do Recebimento Definitivo.

5.8.1. A CONTRATADA deverá aplicar, dentro do período de garantia, tantas aplicações corretivas ou de reforço forem necessárias para corrigir as possíveis aparições de insetos, aracnídeos, escorpiões, cupins, roedores, pragas etc, sem qualquer ônus adicional para a CONTRATANTE;

5.8.2. A correção para as falhas encontradas no período de garantia deverá ocorrer em até 72 (setenta e duas) horas após comunicação por parte da CONTRATANTE.

5.9. Declaração do licitante de que tem pleno conhecimento das condições necessárias para a prestação do serviço, ANEXO 2 do presente instrumento.

5.10. As obrigações da Contratada e Contratante estão previstas neste TR.

## 6. VISTORIA PARA A LICITAÇÃO.

6.1. Para o correto dimensionamento e elaboração de sua proposta, o licitante poderá realizar vistoria nas instalações do local de execução dos serviços, acompanhado por servidor designado para esse fim, de segunda à sexta-feira, das 09:00 horas às 16:00. horas.

6.2. O prazo para vistoria iniciar-se-á no dia útil seguinte ao da publicação do Edital, estendendo-se até o dia útil anterior à data prevista para a abertura da sessão pública.

6.2.1. Para a vistoria o licitante, ou o seu representante legal, deverá estar devidamente identificado, apresentando documento de identidade civil e documento expedido pela empresa comprovando sua habilitação para a realização da vistoria.

6.2.2. Endereços para visita e telefones para contato:

Local	Endereço
Prédio da Gráfica	Endereço: Rua Paulo Emídio Barbosa, s/nº - Parque Tecnológico Ilha do Fundão - Rio de Janeiro - RJ CEP 21941-615 - Tel. (21) 2590-3341 - Sr. Jair Borges Filho.
Prédio JMM - Antigo Prédio da Reitoria	Av. Pedro Calmon. nº 550 - Prédio da Reitoria, 2º andar - Cidade Universitária - Rio de Janeiro, RJ CEP 21941-901 - Tel. (21) 3938-9606. - Sra. Rosa Porch.
Prédio da Residência Estudantil	Largo Wanda de Oliveira, 400 - Cidade Universitária, Rio de Janeiro - RJ, CEP 21941-903, - Tel. (21) 3938-0101. - Sra. Sheila Imamura.
Prédio da Escola de Educação Infantil	Rua Bruno Lobo, 50, Cidade Universitária, Campus do Fundão, Rio de Janeiro - RJ - Tel. (21) 3938-4761 - Sra. Aline Jorge Silva Crispim.
Almoxarifado Central	Rua Paulo Emílio Barbosa, s/nº, Cidade Universitária - Ilha do Fundão - CEP 21941-671 - Tel. (21) 2590-0727 - Sr. Osvaldo Vieira.
Restaurante Universitário - RU Central	Rua Carlos Chagas Filho s/n, Cidade Universitária, Rio de Janeiro, CEP:21.044-020 - Tel. (21) 3938-6840 Sra. Renata
Prédio das Pró- Reitorias - Parque Tecnológico	Rua Aloísio Teixeira, 278 - Prédio 5 - Parque Tecnológico - Cidade Universitária - Rio de Janeiro - RJ - CEP 21941-850 - Telefone: (21) 3938-0618
Arquivo Central/Depósito 1/ Depósito 2/SIARQ	Av. Pedro Calmon. nº 550 - Prédio da Reitoria, Térreo - Cidade Universitária - Rio de Janeiro, RJ CEP 21941-901 - Tel. (21) 39381880 - Sr. Adeilson
Container / SIARQ	Estacionamento do Prédio da Reitoria: Av. Pedro Calmon. nº 550 - Prédio da Reitoria, Cidade

7

	Universitária - Rio de Janeiro, RJ CEP 21941-901 - Tel. (21) 39381880 - Sr. Adeilson
CAMPUS UFRJ DUQUE DE CAXIAS PROFESSOR GERALDO CIDADE UASG 155766	ESTRADA DE XEREM N. 27 - Telefone: (21) 25606053 Sr. Odilon do Amaral
Polo Xerém	Estrada de Xerém, 27 - Bairro: Xerém - Município: Duque de Caxias - RJ
Prédio CCS - Faculdade de Farmácia	Av. Carlos Chagas Filho 373 - Bloco K Ilha do Fundão - Rio de Janeiro - RJ CEP 21.941-902 - Tel. (21) 2562-6399 - Sra. Gisela Dellamora
Prédio CCS - Instituto de Bioquímica Médica	Av. Carlos Chagas Filho 373 - Bloco B 33 Ilha do Fundão - Rio de Janeiro - RJ CEP 21.941-902 - Tel. (21) 3938-6789 - Sr. Fabio Almeida
Prédio CCS - Instituto de Biofísica Chagas Filho Carlos	Av. Carlos Chagas Filho 373 - Bloco G- Ilha do Fundão - Rio de Janeiro - RJ CEP 21.941-170- Tel. (21) 3938-6721 - Sr. Robson Coutinho
Prédio CCS - Instituto de Microbiologia Paulo de Goés	Av. Carlos Chagas Filho 373 - Bloco Ilha do Fundão - Rio de Janeiro - RJ CEP 21.941-902 - Tel. (21) 2560-8344 - Sra. Beatriz Meurer
Prédio CCS - Instituto de Ciências Biomédicas	Rua Manoel Frota Moreira - Bloco F - 1º andar Ilha do Fundão - Rio de Janeiro - RJ CEP 21941-590 - Tel. (21) 3938-6714 - Sr. José Garcia
Prédio do Centro de Ciências da Saúde	Av. Carlos Chagas Filho, 373 - Ilha do Fundão Cidade Universitária - Rio de Janeiro / RJ CEP 21941-590 Tel. (21) 3938-6652   Sr. José Luiz André.
Instituto de Biodiversidade e Sustentabilidade/NUPEM	Av. São José Barreto, 764 São José do Barreto - Macaé/RJ CEP 27965-045 Tel. (21) 99403-3134   Sra. Adriana Lima.
DECANIA DO CENTRO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS (UASG: 153128)	Av. Pasteur, nº 250 - Campus da Praia Vermelha, Urca, Rio de Janeiro - RJ - CEP: 22290-240; Telefone: (21) 39385163. Sr Fernando
ESCOLA DE COMUNICAÇÃO DA UFRJ (UASG: 158222)	Av. Pasteur, nº 250 - Campus da Praia Vermelha, Urca, Rio de Janeiro - RJ - CEP: 22290-240; Telefone: (21) 39385163. Sr. Fernando
ESCOLA DE SERVIÇO SOCIAL DA UFRJ (UASG: 158221):	Av. Pasteur, nº 250 - Campus da Praia Vermelha, Urca, Rio de Janeiro - RJ- CEP: 22290-240; Telefone: (21) 39385163. Sr Fernando
FACULDADE DE EDUCACAO DA UFRJ (UASG: 153131)	Av. Pasteur, nº 250 - Campus da Praia Vermelha, Urca, Rio de Janeiro - RJ - CEP: 22290-240; Telefone: (21) 39385163. Sr. Fernando

INSTITUTO DE FILOSOFIA E CIENCIAS SOCIAIS DA UFRJ(UASG: 153129):	Largo de São Francisco de Paula, nº1- Salas201e203 -  Centro – Rio de Janeiro - RJ - CEP: 20051-070 Telefone: (21) 39385163. Sr. Fernando
INSTITUTO DE HISTÓRIA (UASG: 155765):	Largo de São Francisco de Paula, nº 1- Salas 201e203 - Centro – Rio de Janeiro - RJ -CEP: 20051-070 Telefone: (21) 39385163. Sr. Fernando
HOSPITAL UNIVERSITARIO DA UFRJ UASG 153152	Rua Professor Rodolpho Paulo Rocco, nº 255 – Ilha do Fundão – Rio de Janeiro – RJ. O agendamento da vistoria deverá ser feito com o servidor público Geremias Januário dos Reis no telefone (21) 3938-2702 ou no e-mail geremias@hucff.ufrj.br.
Centro Multidisciplinar UFRJ-Macaé: <ul style="list-style-type: none"> <li>• Polo Universitário - Bloco B</li> <li>• Polo Universitário - Bloco C</li> <li>• Polo Universitário - Prédio de Química</li> <li>• Polo Universitário - Laboratórios Provisórios</li> <li>• Polo Universitário - Módulos Habitacionais</li> <li>• Polo Universitário - LIG (Bloco A)</li> <li>• Polo Universitário - Abrigo de resíduos</li> </ul>	Polo Universitário - Avenida Aluizio da Silva Gomes, nº 50, Granja dos Cavaleiros, Macaé/RJ, CEP: 27.930-560 Telefone: (22) 2141-4006
Polo Ajuda	Estrada do Imbuero, s/n, Ajuda, Macaé/RJ, CEP: 27.971-525 Telefone: (22) 2141-4006
Centro de Estudos do HPM	Hospital Público Municipal (HPM) - Rodovia RJ 168, Km 4, s/n, Virgem Santa, Macaé/RJ, CEP: 27.910-200 Telefone: (22) 2141-4006
Palácio Universitário (CCJE; FACC; IE)	Avenida Pasteur, 250 – Palácio Universitário – Campus da Praia Vermelha – Urca – Rio de Janeiro – RJ CEP 22290-240 (compras@ccje.ufrj.br) Em caso de ausência de resposta nos endereços informados, favor enviar mensagem para o número 21 99919- 1809.
IRID	Avenida Pasteur 250, fundos, Campus da Praia Vermelha – Urca – CEP: 22290-240 (direcao@irid.ufrj.br) Em caso de ausência de resposta nos endereços informados, favor enviar mensagem para o número 21 99919- 1809.
COPPEAD	Rua Pascoal Lemme, 355 - Cidade Universitária Rio de Janeiro – RJ – CEP: 21941-918 (direcao@coppead.ufrj.br) Em caso de ausência de resposta nos endereços informados, favor enviar mensagem para o número 21 99919- 1809.



FND	R. Moncorvo Filho, 8 - Centro, Rio de Janeiro - RJ, CEP: 20211-340 (gerencia@direito.ufrj.br) Em caso de ausência de resposta nos endereços informados, favor enviar mensagem para o número 21 99919- 1809.
IPPUR	Sala João do Rio - Faculdade de Letras Av. Horácio Macedo, 2151- Cidade Universitária - Rio de Janeiro - RJ CEP: 21941-917 (direcao@ippur.ufrj.br) Em caso de ausência de resposta nos endereços informados, favor enviar mensagem para o número 21 99919- 1809.
PAVILHÃO DE SALAS DE AULA	Avenida Pasteur 250, fundos, Campus da Praia Vermelha - Urca - CEP: 22290-240 (compras@ccje.ufrj.br) Em caso de ausência de resposta nos endereços informados, favor enviar mensagem para o número 21 99919- 1809.
PRÉDIO DE SALAS DE AULA LAURO MULLER (ex Bingo)	Rua Lauro Muller 1, Campus da Praia Vermelha - Botafogo - CEP: 22290-160 (compras@ccje.ufrj.br) Em caso de ausência de resposta nos endereços informados, favor enviar mensagem para o número 21 99919- 1809.
Decania do CCMN	Av. Athos da Silveira Ramos, 274 - Edifício do Centro de Ciências Matemáticas e da Natureza - Bloco D - Cidade Universitária - Rio de Janeiro, RJ - CEP: 21941- 916 Tel. (21) 98872-4904 - Sr. Zenon Araújo Gapanowicz Email: zenonaraujo@ccmn.ufrj.br
Instituto de Física	Av. Athos da Silveira Ramos, 149 Centro de Tecnologia - bloco A - Cidade Universitária - Rio de Janeiro - RJ - CEP: 21941-972 Tel. (21) 3938-7920, (21) 98474-6808- Sr. Wagner Rodrigues Costa Email: wrcosta@if.ufrj.br
Instituto de Geociências	Av. Athos da Silveira Ramos, 274 - Edifício do Centro de Ciências Matemáticas e da Natureza - Bloco F - Cidade Universitária - Rio de Janeiro, RJ - CEP: 21941- 916. Tel. (21) 3938-9452. - Sr. Carlos José da Costa Quintas. Email: diretoriafinanceira@igeo.ufrj.br
Instituto Tércio Pacitti de Aplicações e Pesquisas Computacionais (NCE)	Av. Athos da Silveira Ramos, 274, Edifício do Centro de Ciências Matemáticas e da Natureza - Bloco C - Cidade Universitária - Rio de Janeiro-RJ - CEP 21.941-916 Tel. (21). 98426 -0300 - Sr. Luiz Cláudio Amaral Coutinho Email: coutinho@nce.ufrj.br
Instituto de Matemática	Av. Athos da Silveira Ramos, 149 - Edifício do Centro de Tecnologia, Bloco C (Térreo) - Cidade Universitária Tel. (21) 99330-8851 - Sr. Carlos Alberto PachecomEmail: contabil@im.ufrj.br



Instituto de Química	Avenida Athos da Silveira Ramos, 149 Bloco A - 7º andar. CEP: 21941-909 - Cidade Universitária - Rio de Janeiro - RJ. Tel. (21) 3938-7117 - Sr. FRANCISCO DE ASSIS TAVARES LORDELLO. Email: chicao@iq.ufrj.br Tel. (21) 3938-7001/3938-7002 - Sr. ANDRE FERREIRA DO NASCIMENTO. Email andreferreira@iq.ufrj.br
Observatório do Valongo Ladeira	Pedro Antônio, 43 - Bairro Saúde - Cep 20080-090 - Rio de Janeiro - RJ Telefone: (21) 988754254 - Prof Hélio J. Rocha Pinto Email: helio@astro.ufrj.br Telefone: (21) 991626933 - Prof. Rundsthen Vasques de Nader.
Prefeitura Universitária da UFRJ	Endereço: Praça Jorge Machado Moreira, nº 100 - Cidade Universitária, Ilha do Fundão. CEP: 21941-592 Telefone: (21) 39389207/ 39389202 Sr. Zandre
Instituto de Atenção à Saúde São Francisco de Assis- HESFA	Avenida Presidentes Vargas, 2863, Cidade Nova, Rio de Janeiro/ RJ. CEP: 21941-030- Telefone: (21) 3938-4403/4432. Sr. Maurício Schirmer
Prédio do Centro de Tecnologia	Avenida Athos da Silveira Ramos, 149 - Bloco A, 2º andar, Cidade Universitária, Rio de Janeiro/RJ, CEP 21941-906 - Tel.: (21) 3938- 7290 - Sr. Agnaldo Fernandes
Escola de Enfermagem Anna Nery	Pavilhão de Aulas, Pavilhão Thompson Motta e área externa Rua Afonso Cavalcanti, 275 - Cidade Nova, Rio de Janeiro, RJ - CEP 20211-110 - Tel: (21) 3938-0941 - Email: direcao@eean.ufrj.br

- 6.3. A não realização da vistoria, quando facultativa, não poderá embasar posteriores alegações de desconhecimento das instalações, dúvidas ou esquecimentos de quaisquer detalhes dos locais da prestação dos serviços, devendo a licitante vencedora assumir os ônus dos serviços decorrentes.
- 6.4. A licitante deverá declarar que tomou conhecimento de todas as informações e das condições locais para o cumprimento das obrigações objeto da licitação.

## 7. MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO

- 7.1. A execução do objeto seguirá a seguinte dinâmica:
- 7.2. Os serviços deverão ser iniciados entre 24 horas, nas áreas consideradas emergências ou até 5 (cinco) dias úteis, nas demais áreas após o recebimento da ordem de serviço;
- 7.3. Os serviços deverão ser realizados entre os horários das 09:00h às 17:00h, preferencialmente aos sábados, caso seja necessário horário diferenciado durante os dias úteis, devido às peculiaridades do serviço, deverá ser realizado com autorização prévia dos integrantes da fiscalização. A CONTRATADA deverá tomar todas as cautelas para não expor ao risco de danos à saúde de funcionários ou quaisquer outros usuários da UFRJ, bem como a vizinhança envolvida.
- 7.4. Objetivos da contratação:



- 7.4.1. Eliminar e prevenir a proliferação de ratos, formigas, baratas, escorpiões, pulgas, carrapatos, cupins e quaisquer outras pragas e vetores que infestem ambientes urbanos podendo causar agravos à saúde da população do Campus e/ou prejuízos econômicos à UFRJ;
- 7.4.2. As metodologias utilizadas deverão causar o mínimo de impacto possível ao meio ambiente;
- 7.4.3. Exterminar ou remover colônias e impedir a formação e surgimento de novos insetos, pragas ou vetores;
- 7.4.4. Não colocar em risco a saúde das pessoas que transitam nas instalações;
- 7.5. Não contaminar o ambiente com cheiro, vapores e/ou fumaças que possam causar danos às pessoas e animais (biotérios) presentes no Campus;
- 7.6. Não interferir na rotina do ambiente de funcionamento do Campus;
- 7.7. Permitir que o ambiente possa ser lavado ou limpo sem eliminar o efeito do produto aplicado;
- 7.8. Os produtos deverão ser aplicados por profissionais treinados, qualificados e identificados, com formação específica para realização de tais atividades.
- 7.9. Produtos pertinentes à execução dos serviços
  - 7.9.1. Quanto aos produtos a serem aplicados, deverão cumprir os seguintes requisitos:
    - 7.9.1.1. Todos os produtos, bem como seu uso e aplicações deverão cumprir as orientações legais;
    - 7.9.1.2. Os produtos não deverão ser tóxicos, não conter odor, não manchar paredes e mobiliários existentes nos setores onde serão executados os serviços;
    - 7.9.1.3. Todos os produtos, materiais, equipamentos e complementos a serem efetivamente utilizados para o controle das pragas urbanas serão de competência exclusiva da CONTRATADA;
    - 7.9.1.4. Os produtos químicos domissanitários, utilizados na execução dos serviços, deverão estar devidamente registrados e liberados pelo Ministério da Saúde e seguir demais normas vigentes.
  - 7.9.2. São no mínimo, os seguintes os produtos químicos a serem utilizados nas intervenções:
  - 7.9.3. Raticidas – controle de roedores em geral;
    - 7.9.3.1. Anticoagulantes/Iscagem – de dosagem única, devidamente acondicionada em caixas de passagem, inseridas nos principais pontos de risco de entrada de roedores (rede de esgotos, captação de água pluvial e espalhados pelas edificações);
  - 7.9.4. Inseticidas/Praguicidas – para controle de baratas e insetos voadores em geral, em forma de gel inodoro;
  - 7.9.5. Praguicidas Líquidos – para eliminação de baratas, escorpiões e outros insetos congêneres;
  - 7.9.6. Praguicidas em forma de pó – para o controle de baratas e insetos rasteiros e voadores em geral: aracnídeos e escorpiões, para aplicação em locais que não sofrerão interferência humana imediata (varrição, lavagem, etc.);



7.9.7. Praguicidas em forma de isca sólida – para o controle de formigas, a ser aplicado em locais que não sofrerão interferência humana imediata (varrição, lavagem, etc.);

7.9.8. Não será permitida a utilização de produtos químicos que contenham a substância organofosforado Clorpirifós, conforme determinação da ANVISA, através da RDC nº 206 de 23 de agosto de 2004.

7.9.9. Nos itens abaixo seguem as metodologias de controle sugeridas, porém a empresa CONTRATADA poderá apresentar outros métodos mais eficazes e eficientes que deverão ser aprovados pela CONTRATANTE para sua utilização;

7.9.10. Métodos de Combate: Aplicação por meio de técnicas modernas e especiais de aplicação tais como: gel, massa, armadilhas físicas, pulverização, atomização, termonebulização, UBV e iscagem com utilização de produto incolor, inodoro e eficaz ao combate e extermínio de insetos rasteiros, voadores e roedores (ratos, pombos, formigas, baratas, escorpiões, pulgas, carrapatos, moscas, mosquitos, traças, aracnídeos, quilópodes, diplópodes e outras pragas e vetores);

#### 7.10. Metodologias no controle de roedores

7.10.1. Deverão ser utilizados blocos parafinados, iscas peletizadas e pó de contato, observando-se as peculiaridades e necessidades de cada local a ser tratado, bem como as normas de segurança;

7.10.2. O material a ser utilizado deverá possuir um poder fulminante e não permitir a putrefação dos ratos, para que, assim, não ocorra circulação de ratos envenenados, disseminação de mau cheiro ou entupimentos nas tubulações.

#### 7.11. Metodologias no controle de insetos e outros

7.11.1. Esse processo de controle terá como alvo os insetos rasteiros ou voadores (baratas, formigas, traças, pulgas, mosquitos, moscas, pernilongos, etc.) e também para as aranhas e escorpiões, e deverá ser efetuado tanto para extinção como para prevenção;

7.11.2. O controle deverá ser efetuado através de pulverização, aplicação de gel e polvilhamento de pó, a ser definido conforme plano estratégico do local realizado previamente e aprovado pelo fiscal técnico do contrato;

7.11.3. Deverão ser utilizados produtos com alto poder de choque (extermínio imediato) e poder residual (permanência no local tratado por um período de noventa dias). Porém tais produtos não poderão causar riscos às pessoas e ao meio ambiente;

7.11.4. O inseticida gel deverá ser aplicado nos armários, eletrodomésticos e locais onde não são recomendados os processos de pulverização e polvilhamento.

#### 7.12. Descupinização

7.12.1. Os serviços de descupinização serão executados semestralmente, perfazendo o total de 04 (quatro) aplicações anuais;

7.12.2. Deverão ser utilizados produtos em pó não nocivos a plantas, de contato e dispersáveis na água;

7.12.3. Quando da utilização desta metodologia, será necessária a análise da espécie, procedência e nível de infestação, de forma a se definir o método ideal de combate. O controle deverá ser feito:



- 7.12.3.1. Pelo sistema convencional, quando houver a necessidade de pulverização, pincelamento de produto cupinicida, utilização de inseticidas líquidos ou pó seco;
- 7.12.3.2. Pela barreira química, quando houver a necessidade de formação de barreira horizontal e/ou vertical, de forma a eliminar a população de cupins;
- 7.12.3.3. Com injeção diretamente em madeiras, com pistola dosadora de aplicação sob pressão de produto cupinicida, com solvente adequado ao material a ser tratado.

#### 7.13. Produtos, equipamentos, ferramentas e instrumentos

- 7.13.1. Caberão à Contratada o fornecimento dos produtos, equipamentos, ferramentas e instrumentos necessários e suficientes à eficiente execução dos serviços do contrato, comprometendo-se a empregar na execução dos serviços apenas materiais de qualidade superior, ou seja, gel, pó químico, inseticida, iscas, conforme a praga e vetor a ser combatidos, devidamente reconhecidos, atestados e aprovados pelos órgãos de controle sanitários Federal, Estadual e, se for o caso, Municipal;
- 7.13.2. Todos os produtos utilizados deverão estar registrados e aprovados pelo Ministério da Saúde e ser inócuo à saúde humana, e todos os equipamentos, ferramentas e instrumentos deverão estar em bom estado de conservação e em condições adequadas para a utilização;
- 7.13.3. Não será permitida a aplicação de produtos que causem danos aos mobiliários, aos equipamentos, instalações, caixas d'água, provoquem alergias ou que sejam nocivos, sob qualquer forma, à saúde das pessoas, seja dos próprios trabalhadores e de todos os usuários do Campus e também que possam causar danos ao Meio Ambiente.

#### 7.14. Periodicidade e garantia dos serviços

- 7.14.1. Os serviços deverão ser realizados conforme descrito no **item 7 do presente documento** ou conforme solicitação e emissão de ordem de serviço pela CONTRATANTE;
- 7.14.2. A CONTRATADA obriga-se a garantir, pelo prazo entre as aplicações determinadas pelo **item 7**, comprometendo-se a adotar as medidas corretivas necessárias, sem ônus algum a CONTRATANTE, no prazo de 72 (setenta e duas) horas da notificação feita pela CONTRATANTE, sob pena das sanções previstas em lei e/ou no edital. Poderão ser solicitados serviços emergenciais em casos de infestação de quaisquer pragas ou vetores descritos neste Documento.

#### 7.15. Critérios Ambientais:

- 7.15.1. Serão observados o que dispões os critérios de sustentabilidade ambiental na Instrução Normativa n.º 01 de 19/Jan/2010 da SLTI/MPOG e demais legislação vigente, visando obter uma maior economia no consumo de energia e de água.
- 7.15.2. Os serviços deverão ser planejados e executados visando a economia da manutenção e operacionalização das edificações, na redução do consumo de energia e de água, bem como na utilização de equipamentos e materiais, que reduzam o impacto ambiental, tais como: utilização de materiais que sejam reciclados, reutilizáveis e biodegradáveis;
- 7.15.3. Deve ser priorizado o emprego de mão de obra, materiais, equipamentos de origem local, para a execução e manutenção.
- 7.15.4. A empresa contratada deverá adotar as seguintes práticas de sustentabilidade na execução dos serviços, quando couber:



7.15.5. adotar medidas para evitar o desperdício de água tratada, conforme instituído no Decreto nº 48.138, de 8 de outubro de 2003;

7.15.6. fornecer aos empregados os equipamentos de segurança que se fizerem necessários, para a execução de serviços.

**7.16. Importante destacar que todos os serviços serão executados após definição do cronograma e autorização pela Fiscalização e ainda de acordo com a disponibilidade orçamentária.**

7.17. A execução dos serviços será iniciada quando do recebimento da ordem serviço emitida pelo fiscal do contato.

## **8. MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO E CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO:**

8.1. Os atores que participarão da gestão do contrato se configuram em Gestor, Fiscalização técnica, Fiscalização administrativa, Fiscalização Setorial e Fiscalização pelo Público usuário.

8.2. A comunicação a ser estabelecida com o prestador de serviço só deverá ser feita pelos fiscais e Gestor, através de notificações oficiais, ofícios ou e-mails. Nenhum outro servidor da Universidade poderá designar, responsabilizar ou notificar a contratante.

8.3. O serviço a ser contratado poderá ser implantado por etapas e de maneira gradativa, considerando que o pagamento será apenas daquilo que já foi autorizado expressamente por autoridade competente e executado.

8.4. A medição será realizada pelo formulário de IMR (Instrumento de Medição de Resultado) e sua produtividade estabelecida neste Termo de Referência, conforme Cadernos de Logística divulgadas pelo Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão.

## **9. MATERIAIS A SEREM DISPONIBILIZADOS**

9.1. Para a perfeita execução dos serviços, a CONTRATADA deverá disponibilizar os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, com as características e qualidades a seguir estabelecidas, promovendo sua substituição quando necessário:

9.1.1. Os produtos utilizados nas aplicações deverão ser devidamente apropriados para cada local/serviço, devendo os mesmos:

9.1.1.1. Não causarem manchas;

9.1.1.2. Serem antialérgicos;

9.1.1.3. Tornarem-se inodoros após 90 (noventa) minutos da aplicação;

9.1.1.4. Serem inofensivos à saúde humana;

9.1.1.5. Não danificarem ou causarem a morte de plantas dos canteiros, árvores e gramados;

9.1.1.6. Não causarem danos aos mobiliários, equipamentos, instalações, caixas d'água;

9.1.1.7. Serem devidamente registrados e autorizados pela ANVISA, de maneira a garantirem a eficácia de 100% (cem por cento) de efetividade do controle, além de segurança para os funcionários da empresa e o público da UFRJ;

9.1.1.8. Não possuírem a substância Organofosforado Clorpirifós, conforme determinação da ANVISA, através da RDC nº 206, de 23/08/2004.



9.1.2. As ferramentas, equipamentos e utensílios utilizados deverão estar em bom estado de conservação e serem devidamente identificados, de forma a não serem confundidos com similares da CONTRATANTE;

9.1.3. Para todos os itens, só será admitida a utilização de produtos cujos fabricantes estejam regularmente registrados no Cadastro Técnico Federal de Atividades Potencialmente Poluidoras ou Utilizadoras de Recursos Ambientais, instituído pelo artigo 17, inciso II, da Lei nº 6.938, de 1981.

## 10. INFORMAÇÕES RELEVANTES PARA O DIMENSIONAMENTO DA PROPOSTA

10.1. A demanda do órgão tem como base as seguintes características:

10.1.1. Os preços devem levar em conta todas e quaisquer despesas incidentes na prestação dos serviços contratados, tais como tributos, transporte, fornecimento de todos os materiais necessários e mão de obra, assim como serem considerados os trabalhos eventuais, em finais de semana, feriados e durante o período noturno;

10.1.2. Os serviços integrantes deste Termo de Referência serão executados na Universidade Federal do Rio de Janeiro detalhamento:

Local: Prédio da Gráfica da UFRJ				
Descrição	Und de Medida	Qtd por Aplicação	Nº de Aplicações no ano	Qtd Total Anual Estimada
Serviços de desinsetização	M²	1.600,00 m²	4	6.400,00 m²
Serviços de desratização	M²	1.600,00 m²	4	6.400,00 m²
Serviços de descupinização	M²	1.600,00 m²	4	6.400,00 m²

Local: Prédio Jorge Machado Moreira (JMM)				
Descrição	Und de Medida	Qtd por Aplicação	Nº de Aplicações no ano	Qtd Total Anual Estimada
Serviços de desinsetização	M²	7.565,00 m²	4	30.260,00 m²
Serviços de desratização	M²	7.565,00 m²	4	30.260,00 m²
Serviços de descupinização	M²	7.565,00 m²	4	30.260,00 m²

Local: Prédio Residência Estudantil				
Descrição	Und de Medida	Qtd por Aplicação	Nº de Aplicações no ano	Qtd Total Anual Estimada
Serviços de desinsetização	M²	13.998,00 m²	4	55.992,00 m²
Serviços de desratização	M²	13.998,00 m²	4	55.992,00 m²

7	Serviços de descupinização	M <sup>2</sup>	6.174,00 m <sup>2</sup>	4	24.696,00 m <sup>2</sup>
---	----------------------------	----------------	-------------------------	---	--------------------------

Local: Prédio da Escola de Educação Infantil				
Descrição	Und de Medida	Qtd por Aplicação	Nº de Aplicações no ano	Qtd Total Anual Estimada
Serviços de desinsetização	M <sup>2</sup>	8.135,00 m <sup>2</sup>	4	32.540,00 m <sup>2</sup>
Serviços de desratização	M <sup>2</sup>	8.135,00 m <sup>2</sup>	4	32.540,00 m <sup>2</sup>
Serviços de descupinização	M <sup>2</sup>	11,00 m <sup>2</sup>	4	44,00 m <sup>2</sup>

Local: Prédio do Almoxarifado Central				
Descrição	Und de Medida	Qtd por Aplicação	Nº de Aplicações no ano	Qtd Total Anual Estimada
Serviços de desinsetização	M <sup>2</sup>	1.419,00 m <sup>2</sup>	4	5.676,00 m <sup>2</sup>
Serviços de desratização	M <sup>2</sup>	1.419,00 m <sup>2</sup>	4	5.676,00 m <sup>2</sup>

Local: Prédio do Restaurante Universitário - RU Central				
Descrição	Und de Medida	Qtd por Aplicação	Nº de Aplicações no ano	Qtd Total Anual Estimada
Serviços de desinsetização	M <sup>2</sup>	675,00 m <sup>2</sup>	4	2.700,00 m <sup>2</sup>
Serviços de desratização	M <sup>2</sup>	675,00 m <sup>2</sup>	4	2.700,00 m <sup>2</sup>

Local: Prédio das Pró-Reitorias - Parque Tecnológico				
Descrição	Und de Medida	Qtd por Aplicação	Nº de Aplicações no ano	Qtd Total Anual Estimada
Serviços de desinsetização	M <sup>2</sup>	1.502,00 m <sup>2</sup>	4	6.008,00 m <sup>2</sup>
Serviços de desratização	M <sup>2</sup>	1.502,00 m <sup>2</sup>	4	6.008,00 m <sup>2</sup>
Serviços de descupinização	M <sup>2</sup>	1.502,00 m <sup>2</sup>	4	6.008,00 m <sup>2</sup>

SIARQ				
Descrição	Und de Medida	Qtd por Aplicação	Nº de Aplicações no ano	Qtd Total Anual Estimada



7

Serviços de desinsetização	M²	886,00 m²	4	3.544,00 m²
Serviços de desratização	M²	886,00 m²	4	3.544,00 m²
Serviços de descupinização	M²	886,00 m²	4	3.544,00 m²

ETU				
Descrição	Und de Medida	Qtd por Aplicação	Nº de Aplicações no ano	Qtd Total Anual Estimada
Serviços de desinsetização	M²	462,00 m²	4	1.848,00 m²
Serviços de desratização	M²	462,00 m²	4	1.848,00 m²
Serviços de descupinização	M²	462,00 m²	4	1.848,00 m²

CAMPUS UFRJ DUQUE DE CAXIAS PROFESSOR GERALDO - UASG 155766

Totalizadora				
Descrição	Und de Medida	Qtd por Aplicação	Nº de Aplicações no ano	Qtd Total Anual Estimada
Serviços de desinsetização	M²	3.140 m²	4	12.560 m²
Serviços de desratização	M²	3.140 m²	4	12.560 m²
Serviços de descupinização	M²	3.140 m²	4	12.560 m²

DECANATO CENTRO DE CIENC.DA SAUDE UFRJ - UASG 153137

Totalizadora				
Descrição	Und de Medida	Qtd por Aplicação	Nº de Aplicações no ano	Qtd Total Anual Estimada
Serviços de desinsetização	M²	116.676 m²	4	466.704 m²
Serviços de desratização	M²	116.676 m²	4	466.704 m²
Serviços de descupinização	M²	116.676 m²	4	466.704 m²

DECANATO CENTRO DE FILOS.E CIEN.HUM.UFRJ - UASG 153128

Totalizadora				
Descrição	Und de Medida	Qtd por Aplicação	Nº de Aplicações no ano	Qtd Total Anual Estimada
Serviços de desinsetização	M²	1.156 m²	4	4.624 m²
Serviços de desratização	M²	1.156 m²	4	4.624 m²
Serviços de descupinização	M²	1.156 m²	4	4.624 m²

ESCOLA DE SERVIÇO SOCIAL - UASG 153128

Totalizadora				
Descrição	Und de Medida	Qtd por Aplicação	Nº de Aplicações no ano	Qtd Total Anual Estimada

7

Serviços de desinsetização	M <sup>2</sup>	479 m <sup>2</sup>	4	1.916 m <sup>2</sup>
Serviços de desratização	M <sup>2</sup>	479 m <sup>2</sup>	4	1.916 m <sup>2</sup>
Serviços de descupinização	M <sup>2</sup>	479 m <sup>2</sup>	4	1.916 m <sup>2</sup>

## ESCOLA DE COMUNICAÇÃO DA UFRJ - UASG 153128

Totalizadora				
Descrição	Und de Medida	Qtd por Aplicação	Nº de Aplicações no ano	Qtd Total Anual Estimada
Serviços de desinsetização	M <sup>2</sup>	813 m <sup>2</sup>	4	3.252 m <sup>2</sup>
Serviços de desratização	M <sup>2</sup>	813 m <sup>2</sup>	4	3.252 m <sup>2</sup>
Serviços de descupinização	M <sup>2</sup>	813 m <sup>2</sup>	4	3.252 m <sup>2</sup>

## FACULDADE DE EDUCAÇÃO - UASG 153128

Totalizadora				
Descrição	Und de Medida	Qtd por Aplicação	Nº de Aplicações no ano	Qtd Total Anual Estimada
Serviços de desinsetização	M <sup>2</sup>	1.427 m <sup>2</sup>	4	5.708 m <sup>2</sup>
Serviços de desratização	M <sup>2</sup>	1.427 m <sup>2</sup>	4	5.708 m <sup>2</sup>
Serviços de descupinização	M <sup>2</sup>	1.427 m <sup>2</sup>	4	5.708 m <sup>2</sup>

## INSTITUTO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS SOCIAIS - UASG 153128

Totalizadora				
Descrição	Und de Medida	Qtd por Aplicação	Nº de Aplicações no ano	Qtd Total Anual Estimada
Serviços de desinsetização	M <sup>2</sup>	3.130 m <sup>2</sup>	4	12.520 m <sup>2</sup>
Serviços de desratização	M <sup>2</sup>	3.130 m <sup>2</sup>	4	12.520 m <sup>2</sup>
Serviços de descupinização	M <sup>2</sup>	3.130 m <sup>2</sup>	4	12.520 m <sup>2</sup>

## INSTITUTO DE HISTÓRIA - UASG 153128

Totalizadora				
Descrição	Und de Medida	Qtd por Aplicação	Nº de Aplicações no ano	Qtd Total Anual Estimada
Serviços de desinsetização	M <sup>2</sup>	250 m <sup>2</sup>	4	1.000 m <sup>2</sup>
Serviços de desratização	M <sup>2</sup>	250 m <sup>2</sup>	4	1.000 m <sup>2</sup>
Serviços de descupinização	M <sup>2</sup>	250 m <sup>2</sup>	4	1.000 m <sup>2</sup>

## HOSPITAL UNIVERSITARIO DA UFRJ - UASG 153152

Totalizadora				
Descrição	Und de Medida	Qtd por Aplicação	Nº de Aplicações no ano	Qtd Total Anual Estimada
Serviços de desinsetização	M <sup>2</sup>	70.000 m <sup>2</sup>	4	280.000 m <sup>2</sup>
Serviços de desratização	M <sup>2</sup>	70.000 m <sup>2</sup>	4	280.000 m <sup>2</sup>
Serviços de descupinização	M <sup>2</sup>	35.000 m <sup>2</sup>	4	140.000 m <sup>2</sup>

## CAMPUS MACAE UFRJ - UASG 152737

Totalizadora				
Descrição	Und de Medida	Qtd por Aplicação	Nº de Aplicações no ano	Qtd Total Anual Estimada
Serviços de desinsetização	M <sup>2</sup>	12.595 m <sup>2</sup>	4	50.380 m <sup>2</sup>

7

Serviços de desratização	M²	12.595 m²	4	50.380 m²
Serviços de descupinização	M²	12.595 m²	4	50.380 m²

## CENTRO DE CIÊNCIAS JURÍDICAS E ECONÔMICAS - PRÉDIO 1 - UASG 153132

Totalizadora				
Descrição	Und de Medida	Qtd por Aplicação	Nº de Aplicações no ano	Qtd Total Anual Estimada
Serviços de desinsetização	M²	18.068 m²	4	72.272 m²
Serviços de desratização	M²	18.068 m²	4	72.272 m²
Serviços de descupinização	M²	18.068 m²	4	72.272 m²

## CENTRO DE CIÊNCIAS JURÍDICAS E ECONÔMICAS - PRÉDIO 2 - UASG 153132

Totalizadora				
Descrição	Und de Medida	Qtd por Aplicação	Nº de Aplicações no ano	Qtd Total Anual Estimada
Serviços de desinsetização	M²	4.350 m²	4	17.400 m²
Serviços de desratização	M²	4.350 m²	4	17.400 m²
Serviços de descupinização	M²	4.350 m²	4	17.400 m²

## CENTRO DE CIÊNCIAS MATEMÁTICAS E DA NATUREZA - UASG 153120

Totalizadora				
Descrição	Und de Medida	Qtd por Aplicação	Nº de Aplicações no ano	Qtd Total Anual Estimada
Serviços de desinsetização	M²	91.913 m²	4	367.652 m²
Serviços de desratização	M²	102.235 m²	4	408.940 m²
Serviços de descupinização	M²	79.428 m²	4	317.712 m²

## PREFEITURA DA UNIVERSIDADE DA UFRJ - UASG 153119

Totalizadora				
Descrição	Und de Medida	Qtd por Aplicação	Nº de Aplicações no ano	Qtd Total Anual Estimada
Serviços de desinsetização	M²	2.920 m²	4	11.680 m²
Serviços de desratização	M²	2.920 m²	4	11.680 m²
Serviços de descupinização	M²	2.920 m²	4	11.680 m²

## HOSPITAL ESCOLA SAO FRANCISCO DE ASSIS - UASG 158220

Totalizadora				
Descrição	Und de Medida	Qtd por Aplicação	Nº de Aplicações no ano	Qtd Total Anual Estimada
Serviços de desinsetização	M²	7.531 m²	4	30.124 m²
Serviços de desratização	M²	7.531 m²	4	30.124 m²
Serviços de descupinização	M²	m²	4	m²

## CENTRO DE TECNOLOGIA DA UFRJ - UASG 153157

Totalizadora				
Descrição	Und de Medida	Qtd por Aplicação	Nº de Aplicações no ano	Qtd Total Anual Estimada
Serviços de desinsetização	M²	125.000 m²	4	500.000 m²
Serviços de desratização	M²	125.000 m²	4	500.000 m²

7	Serviços de descupinização	M <sup>2</sup>	125.000 m <sup>2</sup>	4	500.000 m <sup>2</sup>
---	----------------------------	----------------	------------------------	---	------------------------

ESCOLA DE ENFERMAGEM ANNA NERY - UASG 153137

Totalizadora				
Descrição	Und de Medida	Qtd por Aplicação	Nº de Aplicações no ano	Qtd Total Anual Estimada
Serviços de desinsetização	M <sup>2</sup>	4.393 m <sup>2</sup>	4	17.572 m <sup>2</sup>
Serviços de desratização	M <sup>2</sup>	2.021 m <sup>2</sup>	4	8.084 m <sup>2</sup>
Serviços de descupinização	M <sup>2</sup>	2.372 m <sup>2</sup>	4	9.488 m <sup>2</sup>

INSTITUTO DE BIOFISICA DA UFRJ - UASG 153145

Totalizadora				
Descrição	Und de Medida	Qtd por Aplicação	Nº de Aplicações no ano	Qtd Total Anual Estimada
Serviços de desinsetização	M <sup>2</sup>	36.500 m <sup>2</sup>	4	146.000 m <sup>2</sup>
Serviços de desratização	M <sup>2</sup>	36.500 m <sup>2</sup>	4	146.000 m <sup>2</sup>
Serviços de descupinização	M <sup>2</sup>	33.500 m <sup>2</sup>	4	134.000 m <sup>2</sup>

## 11. OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

11.1. Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pela Contratada, de acordo com as cláusulas contratuais e os termos de sua proposta;

11.2. Exercer o acompanhamento e a fiscalização dos serviços, por servidor especialmente designado, anotando em registro próprio as falhas detectadas, indicando dia, mês e ano, bem como o nome dos empregados eventualmente envolvidos, e encaminhando os apontamentos à autoridade competente para as providências cabíveis;

11.3. Notificar a Contratada por escrito da ocorrência de eventuais imperfeições, falhas ou irregularidades constatadas no curso da execução dos serviços, fixando prazo para a sua correção, certificando-se que as soluções por ela propostas sejam as mais adequadas;

11.4. Pagar à Contratada o valor resultante da prestação do serviço, no prazo e condições estabelecidas neste Termo de Referência;

11.5. Efetuar as retenções tributárias devidas sobre o valor da Nota Fiscal/Fatura da contratada, no que couber, em conformidade com o item 6 do Anexo XI da IN SEGES/MP n. 5/2017.

11.6. Não praticar atos de ingerência na administração da Contratada, tais como:

11.6.1. exercer o poder de mando sobre os empregados da Contratada, devendo reportar-se somente aos prepostos ou responsáveis por ela indicados, exceto quando o objeto da contratação prever o atendimento direto, tais como nos serviços de recepção e apoio ao usuário;

11.6.2. direcionar a contratação de pessoas para trabalhar nas empresas Contratadas;

11.6.3. considerar os trabalhadores da Contratada como colaboradores eventuais do próprio órgão ou entidade responsável pela contratação, especialmente para efeito de concessão de diárias e passagens.

- 11.7. Fornecer por escrito as informações necessárias para o desenvolvimento dos serviços objeto do contrato;
- 11.8. Realizar avaliações periódicas da qualidade dos serviços, após seu recebimento;
- 11.9. Cientificar o órgão de representação judicial da Advocacia-Geral da União para adoção das medidas cabíveis quando do descumprimento das obrigações pela Contratada;
- 11.10. Arquivar, entre outros documentos, projetos, "as built", especificações técnicas, orçamentos, termos de recebimento, contratos e aditamentos, relatórios de inspeções técnicas após o recebimento do serviço e notificações expedidas;
- 11.11. Fiscalizar o cumprimento dos requisitos legais, quando a contratada houver se beneficiado da preferência estabelecida pelo art. 3º, § 5º, da Lei nº 8.666, de 1993.

## 12. OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

- 12.1. Executar os serviços conforme especificações deste Termo de Referência e de sua proposta, com a alocação dos empregados necessários ao perfeito cumprimento das cláusulas contratuais, além de fornecer e utilizar os materiais e equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, na qualidade e quantidade mínimas especificadas neste Termo de Referência e em sua proposta;
- 12.2. Reparar, corrigir, remover ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, os serviços efetuados em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados;
- 12.3. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, bem como por todo e qualquer dano causado à União ou à entidade federal, devendo ressarcir imediatamente a Administração em sua integralidade, ficando a Contratante autorizada a descontar da garantia, caso exigida no edital, ou dos pagamentos devidos à Contratada, o valor correspondente aos danos sofridos;
- 12.4. Utilizar empregados habilitados e com conhecimentos básicos dos serviços a serem executados, em conformidade com as normas e determinações em vigor;
- 12.5. Vedar a utilização, na execução dos serviços, de empregado que seja familiar de agente público ocupante de cargo em comissão ou função de confiança no órgão Contratante, nos termos do artigo 7º do Decreto nº 7.203, de 2010;
- 12.6. Quando não for possível a verificação da regularidade no Sistema de Cadastro de Fornecedores – SICAF, a empresa contratada deverá entregar ao setor responsável pela fiscalização do contrato, até o dia trinta do mês seguinte ao da prestação dos serviços, os seguintes documentos: 1) prova de regularidade relativa à Seguridade Social; 2) certidão conjunta relativa aos tributos federais e à Dívida Ativa da União; 3) certidões que comprovem a regularidade perante a Fazenda Municipal ou Distrital do domicílio ou sede do contratado; 4) Certidão de Regularidade do FGTS – CRF; e 5) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT, conforme alínea "c" do item 10.2 do Anexo VIII-B da IN SEGES/MP n. 5/2017;
- 12.7. Responsabilizar-se pelo cumprimento das obrigações previstas em Acordo, Convenção, Dissídio Coletivo de Trabalho ou equivalentes das categorias abrangidas pelo contrato, por todas as obrigações trabalhistas, sociais, previdenciárias, tributárias e as demais previstas em legislação específica, cuja inadimplência não transfere a responsabilidade à Contratante;
- 12.8. Comunicar ao Fiscal do contrato, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, qualquer ocorrência anormal ou acidente que se verifique no local dos serviços.

- 12.9. Prestar todo esclarecimento ou informação solicitada pela Contratante ou por seus prepostos, garantindo-lhes o acesso, a qualquer tempo, ao local dos trabalhos, bem como aos documentos relativos à execução do empreendimento.
- 12.10. Paralisar, por determinação da Contratante, qualquer atividade que não esteja sendo executada de acordo com a boa técnica ou que ponha em risco a segurança de pessoas ou bens de terceiros.
- 12.11. Promover a guarda, manutenção e vigilância de materiais, ferramentas, e tudo o que for necessário à execução dos serviços, durante a vigência do contrato.
- 12.12. Promover a organização técnica e administrativa dos serviços, de modo a conduzi-los eficaz e eficientemente, de acordo com os documentos e especificações que integram este Termo de Referência, no prazo determinado.
- 12.13. Conduzir os trabalhos com estrita observância às normas da legislação pertinente, cumprindo as determinações dos Poderes Públicos, mantendo sempre limpo o local dos serviços e nas melhores condições de segurança, higiene e disciplina.
- 12.14. Submeter previamente, por escrito, à Contratante, para análise e aprovação, quaisquer mudanças nos métodos executivos que fujam às especificações do memorial descritivo.
- 12.15. Não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de dezesesseis anos, exceto na condição de aprendiz para os maiores de quatorze anos; nem permitir a utilização do trabalho do menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre;
- 12.16. Manter durante toda a vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;
- 12.17. Cumprir, durante todo o período de execução do contrato, a reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência ou para reabilitado da Previdência Social, bem como as regras de acessibilidade previstas na legislação, quando a contratada houver se beneficiado da preferência estabelecida pela Lei nº 13.146, de 2015.
- 12.18. Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do contrato;
- 12.19. Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos, tais como os valores providos com o quantitativo de vale transporte, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento do objeto da licitação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados nos incisos do § 1º do art. 57 da Lei nº 8.666, de 1993.
- 12.20. Cumprir, além dos postulados legais vigentes de âmbito federal, estadual ou municipal, as normas de segurança da Contratante;
- 12.21. Prestar os serviços dentro dos parâmetros e rotinas estabelecidos, fornecendo todos os materiais, equipamentos e utensílios em quantidade, qualidade e tecnologia adequadas, com a observância às recomendações aceitas pela boa técnica, normas e legislação;
- 12.22. Assegurar à CONTRATANTE, em conformidade com o previsto no subitem 6.1, “a” e “b”, do Anexo VII – F da Instrução Normativa SEGES/MP nº 5, de 25/05/2017:
- 12.22.1. O direito de propriedade intelectual dos produtos desenvolvidos, inclusive sobre as eventuais adequações e atualizações que vierem a ser realizadas, logo após o recebimento de cada parcela, de forma permanente, permitindo à Contratante distribuir, alterar e utilizar os mesmos sem limitações;

12.22.2. Os direitos autorais da solução, do projeto, de suas especificações técnicas, da documentação produzida e congêneres, e de todos os demais produtos gerados na execução do contrato, inclusive aqueles produzidos por terceiros subcontratados, ficando proibida a sua utilização sem que exista autorização expressa da Contratante, sob pena de multa, sem prejuízo das sanções civis e penais cabíveis.

### **13. DA SUBCONTRATAÇÃO**

13.1. Não será admitida a subcontratação do objeto licitatório.

### **14. ALTERAÇÃO SUBJETIVA**

14.1. É admissível a fusão, cisão ou incorporação da contratada com/em outra pessoa jurídica, desde que sejam observados pela nova pessoa jurídica todos os requisitos de habilitação exigidos na licitação original; sejam mantidas as demais cláusulas e condições do contrato; não haja prejuízo à execução do objeto pactuado e haja a anuência expressa da Administração à continuidade do contrato.

### **15. CONTROLE E FISCALIZAÇÃO DA EXECUÇÃO**

15.1. O acompanhamento e a fiscalização da execução do contrato consistem na verificação da conformidade da prestação dos serviços, dos materiais, técnicas e equipamentos empregados, de forma a assegurar o perfeito cumprimento do ajuste, que serão exercidos por um ou mais representantes da Contratante, especialmente designados, na forma dos arts. 67 e 73 da Lei nº 8.666, de 1993.

15.2. O representante da Contratante deverá ter a qualificação necessária para o acompanhamento e controle da execução dos serviços e do contrato.

15.3. A verificação da adequação da prestação do serviço deverá ser realizada com base nos critérios previstos neste Termo de Referência.

15.4. A fiscalização do contrato, ao verificar que houve subdimensionamento da produtividade pactuada, sem perda da qualidade na execução do serviço, deverá comunicar à autoridade responsável para que esta promova a adequação contratual à produtividade efetivamente realizada, respeitando-se os limites de alteração dos valores contratuais previstos no § 1º do artigo 65 da Lei nº 8.666, de 1993.

15.5. A conformidade do material/técnica/equipamento a ser utilizado na execução dos serviços deverá ser verificada juntamente com o documento da Contratada que contenha a relação detalhada dos mesmos, de acordo com o estabelecido neste Termo de Referência, informando as respectivas quantidades e especificações técnicas, tais como: marca, qualidade e forma de uso.

15.6. O representante da Contratante deverá promover o registro das ocorrências verificadas, adotando as providências necessárias ao fiel cumprimento das cláusulas contratuais, conforme o disposto nos §§ 1º e 2º do art. 67 da Lei nº 8.666, de 1993.

15.7. O descumprimento total ou parcial das obrigações e responsabilidades assumidas pela Contratada ensejará a aplicação de sanções administrativas, previstas neste Termo de Referência e na legislação vigente, podendo culminar em rescisão contratual, conforme disposto nos artigos 77 e 87 da Lei nº 8.666, de 1993.

15.8. As atividades de gestão e fiscalização da execução contratual devem ser realizadas de forma preventiva, rotineira e sistemática, podendo ser exercidas por servidores, equipe de fiscalização



ou único servidor, desde que, no exercício dessas atribuições, fique assegurada a distinção dessas atividades e, em razão do volume de trabalho, não comprometa o desempenho de todas as ações relacionadas à Gestão do Contrato.

15.9. A fiscalização técnica dos contratos avaliará constantemente a execução do objeto e utilizará o *Instrumento de Medição de Resultado (IMR)*, conforme modelo previsto no Anexo 1, ou outro instrumento substituto para aferição da qualidade da prestação dos serviços, devendo haver o redimensionamento no pagamento com base nos indicadores estabelecidos, sempre que a CONTRATADA:

a) não produzir os resultados, deixar de executar, ou não executar com a qualidade mínima exigida as atividades contratadas; ou

b) deixar de utilizar materiais e recursos humanos exigidos para a execução do serviço, ou utilizá-los com qualidade ou quantidade inferior à demandada.

15.9.1. A utilização do IMR não impede a aplicação concomitante de outros mecanismos para a avaliação da prestação dos serviços.

15.10. Durante a execução do objeto, o fiscal técnico deverá monitorar constantemente o nível de qualidade dos serviços para evitar a sua degeneração, devendo intervir para requerer à CONTRATADA a correção das faltas, falhas e irregularidades constatadas.

15.11. O fiscal técnico deverá apresentar ao preposto da CONTRATADA a avaliação da execução do objeto ou, se for o caso, a avaliação de desempenho e qualidade da prestação dos serviços realizada.

15.12. Em hipótese alguma, será admitido que a própria CONTRATADA materialize a avaliação de desempenho e qualidade da prestação dos serviços realizada.

15.13. A CONTRATADA poderá apresentar justificativa para a prestação do serviço com menor nível de conformidade, que poderá ser aceita pelo fiscal técnico, desde que comprovada a excepcionalidade da ocorrência, resultante exclusivamente de fatores imprevisíveis e alheios ao controle do prestador.

15.14. Na hipótese de comportamento contínuo de desconformidade da prestação do serviço em relação à qualidade exigida, bem como quando esta ultrapassar os níveis mínimos toleráveis previstos nos indicadores, além dos fatores redutores, devem ser aplicadas as sanções à CONTRATADA de acordo com as regras previstas no ato convocatório.

15.15. O fiscal técnico poderá realizar avaliação diária, semanal ou mensal, desde que o período escolhido seja suficiente para avaliar ou, se for o caso, aferir o desempenho e qualidade da prestação dos serviços.

15.16. A conformidade do material a ser utilizado na execução dos serviços deverá ser verificada juntamente com o documento da CONTRATADA que contenha sua relação detalhada, de acordo com o estabelecido neste Termo de Referência e na proposta, informando as respectivas quantidades e especificações técnicas, tais como: marca, qualidade e forma de uso.

15.17. As disposições previstas nesta cláusula não excluem o disposto no Anexo VIII da Instrução Normativa SLTI/MP nº 05, de 2017, aplicável no que for pertinente à contratação.

15.18. A fiscalização de que trata esta cláusula não exclui nem reduz a responsabilidade da CONTRATADA, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas, vícios redibitórios, ou emprego de material inadequado ou de qualidade inferior e, na ocorrência desta, não implica corresponsabilidade da CONTRATANTE ou de seus agentes, gestores e fiscais, de conformidade com o art. 70 da Lei nº 8.666, de 1993.

## 16. DO RECEBIMENTO E ACEITAÇÃO DO OBJETO

16.1. A emissão da Nota Fiscal/Fatura deve ser precedida do recebimento definitivo dos serviços, nos termos abaixo.

16.2. No prazo de até *5 dias corridos* do adimplemento da parcela, a CONTRATADA deverá entregar toda a documentação comprobatória do cumprimento da obrigação contratual;

16.3. O recebimento provisório será realizado pelo fiscal técnico e setorial ou pela equipe de fiscalização após a entrega da documentação acima, da seguinte forma:

16.3.1. A contratante realizará inspeção minuciosa de todos os serviços executados, por meio de profissionais técnicos competentes, acompanhados dos profissionais encarregados pelo serviço, com a finalidade de verificar a adequação dos serviços e constatar e relacionar os arremates, retoques e revisões finais que se fizerem necessários.

16.3.1.1. Para efeito de recebimento provisório, ao final de cada período de faturamento, o fiscal técnico do contrato irá apurar o resultado das avaliações da execução do objeto e, se for o caso, a análise do desempenho e qualidade da prestação dos serviços realizados em consonância com os indicadores previstos, que poderá resultar no redimensionamento de valores a serem pagos à contratada, registrando em relatório a ser encaminhado ao gestor do contrato

16.3.1.2. A Contratada fica obrigada a reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no todo ou em parte, o objeto em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou materiais empregados, cabendo à fiscalização não atestar a última e/ou única medição de serviços até que sejam sanadas todas as eventuais pendências que possam vir a ser apontadas no Recebimento Provisório.

16.3.1.3. O recebimento provisório também ficará sujeito, quando cabível, à conclusão de todos os testes de campo e à entrega dos Manuais e Instruções exigíveis.

16.3.2. No prazo de até *10 dias corridos* a partir do recebimento dos documentos da CONTRATADA, cada fiscal ou a equipe de fiscalização deverá elaborar Relatório Circunstanciado em consonância com suas atribuições, e encaminhá-lo ao gestor do contrato.

16.3.2.1. quando a fiscalização for exercida por um único servidor, o relatório circunstanciado deverá conter o registro, a análise e a conclusão acerca das ocorrências na execução do contrato, em relação à fiscalização técnica e administrativa e demais documentos que julgar necessários, devendo encaminhá-los ao gestor do contrato para recebimento definitivo.

16.3.2.2. Será considerado como ocorrido o recebimento provisório com a entrega do relatório circunstanciado ou, em havendo mais de um a ser feito, com a entrega do último.

16.3.2.2.1. Na hipótese de a verificação a que se refere o parágrafo anterior não ser procedida tempestivamente, reputar-se-á como realizada, consumando-se o recebimento provisório no dia do esgotamento do prazo.

16.4. No prazo de até 10 (dez) dias corridos a partir do recebimento provisório dos serviços, o Gestor do Contrato deverá providenciar o recebimento definitivo, ato que concretiza o ateste da execução dos serviços, obedecendo as seguintes diretrizes:

- 16.4.1. Realizar a análise dos relatórios e de toda a documentação apresentada pela fiscalização e, caso haja irregularidades que impeçam a liquidação e o pagamento da despesa, indicar as cláusulas contratuais pertinentes, solicitando à CONTRATADA, por escrito, as respectivas correções;
- 16.4.2. Emitir Termo Circunstanciado para efeito de recebimento definitivo dos serviços prestados, com base nos relatórios e documentações apresentadas; e
- 16.4.3. Comunicar a empresa para que emita a Nota Fiscal ou Fatura, com o valor exato dimensionado pela fiscalização, com base no Instrumento de Medição de Resultado (IMR), ou instrumento substituto.

16.5. O recebimento provisório ou definitivo do objeto não exclui a responsabilidade da Contratada pelos prejuízos resultantes da incorreta execução do contrato, ou, em qualquer época, das garantias concedidas e das responsabilidades assumidas em contrato e por força das disposições legais em vigor.

16.6. Os serviços poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta, devendo ser corrigidos/refeitos/substituídos no prazo fixado pelo fiscal do contrato, às custas da Contratada, sem prejuízo da aplicação de penalidades.

## 17. DO PAGAMENTO

17.1. O pagamento será efetuado pela Contratante no prazo de 30 (trinta) dias, contados do recebimento da Nota Fiscal/Fatura.

- 17.1.1. Os pagamentos decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o inciso II do art. 24 da Lei 8.666, de 1993, deverão ser efetuados no prazo de até 5 (cinco) dias úteis, contados da data da apresentação da Nota Fiscal/Fatura, nos termos do art. 5º, § 3º, da Lei nº 8.666, de 1993.

17.2. A emissão da Nota Fiscal/Fatura será precedida do recebimento definitivo do serviço, conforme este Termo de Referência

17.3. A Nota Fiscal ou Fatura deverá ser obrigatoriamente acompanhada da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta on-line ao SICAF ou, na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no art. 29 da Lei nº 8.666, de 1993.

- 17.3.1. Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade do fornecedor contratado, deverão ser tomadas as providências previstas no do art. 31 da Instrução Normativa nº 3, de 26 de abril de 2018.

17.4. O setor competente para proceder o pagamento deve verificar se a Nota Fiscal ou Fatura apresentada expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como:

- 17.4.1. o prazo de validade;
- 17.4.2. a data da emissão;
- 17.4.3. os dados do contrato e do órgão contratante;
- 17.4.4. o período de prestação dos serviços;

17.4.5. o valor a pagar; e

17.4.6. eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.

17.5. Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal/Fatura, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, o pagamento ficará sobrestado até que a Contratada providencie as medidas saneadoras. Nesta hipótese, o prazo para pagamento iniciar-se-á após a comprovação da regularização da situação, não acarretando qualquer ônus para a Contratante;

17.6. Nos termos do item 1, do Anexo VIII-A da Instrução Normativa SEGES/MP nº 05, de 2017, será efetuada a retenção ou glosa no pagamento, proporcional à irregularidade verificada, sem prejuízo das sanções cabíveis, caso se constate que a Contratada:

17.6.1. não produziu os resultados acordados;

17.6.2. deixou de executar as atividades contratadas, ou não as executou com a qualidade mínima exigida;

17.6.3. deixou de utilizar os materiais e recursos humanos exigidos para a execução do serviço, ou utilizou-os com qualidade ou quantidade inferior à demandada.

17.7. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

17.8. Antes de cada pagamento à contratada, será realizada consulta ao SICAF para verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas no edital.

17.9. Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade da contratada, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério da contratante.

17.10. Previamente à emissão de nota de empenho e a cada pagamento, a Administração deverá realizar consulta ao SICAF para identificar possível suspensão temporária de participação em licitação, no âmbito do órgão ou entidade, proibição de contratar com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas, observado o disposto no art. 29, da Instrução Normativa nº 3, de 26 de abril de 2018.

17.11. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, a contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência da contratada, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

17.12. Persistindo a irregularidade, a contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada à contratada a ampla defesa.

17.13. Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso a contratada não regularize sua situação junto ao SICAF.

17.13.1. Será rescindido o contrato em execução com a contratada inadimplente no SICAF, salvo por motivo de economicidade, segurança nacional ou outro de interesse público de alta relevância, devidamente justificado, em qualquer caso, pela máxima autoridade da contratante.

17.14. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável, em especial a prevista no artigo 31 da Lei 8.212, de 1993, nos termos do item 6 do Anexo XI da IN SEGES/MP nº 5/2017, quando couber.

17.15. É vedado o pagamento, a qualquer título, por serviços prestados, à empresa privada que tenha em seu quadro societário servidor público da ativa do órgão contratante, com fundamento na Lei de Diretrizes Orçamentárias vigente.

17.16. Nos casos de eventuais atrasos de pagamento, desde que a Contratada não tenha concorrido, de alguma forma, para tanto, fica convencionado que a taxa de compensação financeira devida pela Contratante, entre a data do vencimento e o efetivo adimplemento da parcela é calculada mediante a aplicação da seguinte fórmula:

$EM = I \times N \times VP$ , sendo:

EM = Encargos moratórios;

N = Número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento;

VP = Valor da parcela a ser paga.

I = Índice de compensação financeira = 0,00016438, assim apurado:

$$I = (TX) \quad I = \frac{(6 / 100)}{365} \quad I = 0,00016438 \quad TX = \text{Percentual da taxa anual} = 6\%$$

## 18. REAJUSTE

18.1. Os preços são fixos e irreajustáveis no prazo de um ano contado da data limite para a apresentação das propostas.

18.1.1. Dentro do prazo de vigência do contrato e mediante solicitação da contratada, os preços contratados poderão sofrer reajuste após o interregno de um ano, aplicando-se o Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo – IPCA, exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade.

18.2. Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.

18.3. No caso de atraso ou não divulgação do índice de reajustamento, o CONTRATANTE pagará à CONTRATADA a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja divulgado o índice definitivo. Fica a CONTRATADA obrigada a apresentar memória de cálculo referente ao reajustamento de preços do valor remanescente, sempre que este ocorrer.

18.4. Nas aferições finais, o índice utilizado para reajuste será, obrigatoriamente, o definitivo.

18.5. Caso o índice estabelecido para reajustamento venha a ser extinto ou de qualquer forma não possa mais ser utilizado, será adotado, em substituição, o que vier a ser determinado pela legislação então em vigor.

18.6. Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.

18.7. O reajuste será realizado por apostilamento.

## 19. GARANTIA DA EXECUÇÃO

19.1. Não haverá exigência de garantia contratual da execução, pelas razões abaixo justificadas:

- 19.1.1. O compromisso do Contratado só irá surgir quando da ocorrência do fato gerador, sendo a obrigação criada após a tarefa executada.

## 20. DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

- 20.1. Comete infração administrativa nos termos da Lei nº 10.520, de 2002, a CONTRATADA que:

- 20.1.1. inexecutar total ou parcialmente qualquer das obrigações assumidas em decorrência da contratação;
- 20.1.2. ensejar o retardamento da execução do objeto;
- 20.1.3. falhar ou fraudar na execução do contrato;
- 20.1.4. comportar-se de modo inidôneo; ou
- 20.1.5. cometer fraude fiscal.

- 20.2. Pela inexecução total ou parcial do objeto deste contrato, a Administração pode aplicar à CONTRATADA as seguintes sanções:

- 20.2.1. Advertência **por escrito**, quando do não cumprimento de quaisquer das obrigações contratuais consideradas faltas leves, assim entendidas aquelas que não acarretam prejuízos significativos para o serviço contratado;

20.2.2. **Multa de:**

- 20.2.2.1. 0,1% (um décimo por cento) até 0,2% (dois décimos por cento) por dia sobre o valor adjudicado em caso de atraso na execução dos serviços, limitada a incidência a 15 (quinze) dias. Após o décimo quinto dia e a critério da Administração, no caso de execução com atraso, poderá ocorrer a não-aceitação do objeto, de forma a configurar, nessa hipótese, inexecução total da obrigação assumida, sem prejuízo da rescisão unilateral da avença;
- 20.2.2.2. 0,1% (um décimo por cento) até 10% (dez por cento) sobre o valor adjudicado, em caso de atraso na execução do objeto, por período superior ao previsto no subitem acima, ou de inexecução parcial da obrigação assumida;
- 20.2.2.3. 0,1% (um décimo por cento) até 15% (quinze por cento) sobre o valor adjudicado, em caso de inexecução total da obrigação assumida;
- 20.2.2.4. 0,2% a 3,2% por dia sobre o valor mensal do contrato, conforme detalhamento constante das tabelas 1 e 2, abaixo; e
- 20.2.2.5. 0,07% (sete centésimos por cento) do valor do contrato por dia de atraso na apresentação da garantia (seja para reforço ou por ocasião de prorrogação), observado o máximo de 2% (dois por cento). O atraso superior a 25 (vinte e cinco) dias autorizará a Administração CONTRATANTE a promover a rescisão do contrato;
- 20.2.2.6. as penalidades de multa decorrentes de fatos diversos serão consideradas independentes entre si.

- 20.2.3. Suspensão de licitar e impedimento de contratar com o órgão, entidade ou unidade administrativa pela qual a Administração Pública opera e atua concretamente, pelo prazo de até dois anos;

- 20.2.4. Sanção de impedimento de licitar e contratar com órgãos e entidades da União, com o consequente descredenciamento no SICAF pelo prazo de até cinco anos

20.2.4.1. A Sanção de impedimento de licitar e contratar prevista neste subitem também é aplicável em quaisquer das hipóteses previstas como infração administrativa no subitem 19.1 deste Termo de Referência.

20.2.5. Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que a Contratada ressarcir a Contratante pelos prejuízos causados;

20.3. As sanções previstas nos subitens 19.2.1, 19.2.3, 19.2.4 e 19.2.5 poderão ser aplicadas à CONTRATADA juntamente com as de multa, descontando-a dos pagamentos a serem efetuados.

20.4. Para efeito de aplicação de multas, às infrações são atribuídos graus, de acordo com as tabelas 1 e 2:

**Tabela 1**

GRAU	CORRESPONDÊNCIA
1	0,2% ao dia sobre o valor mensal do contrato
2	0,4% ao dia sobre o valor mensal do contrato
3	0,8% ao dia sobre o valor mensal do contrato
4	1,6% ao dia sobre o valor mensal do contrato
5	3,2% ao dia sobre o valor mensal do contrato

**Tabela 2**

INFRAÇÃO		
ITEM	DESCRIÇÃO	GRAU
1	Permitir situação que crie a possibilidade de causar dano físico, lesão corporal ou consequências letais, por ocorrência;	05
2	Suspender ou interromper, salvo motivo de força maior ou caso fortuito, os serviços contratuais por dia e por unidade de atendimento;	04
3	Manter funcionário sem qualificação para executar os serviços contratados, por empregado e por dia;	03
4	Recusar-se a executar serviço determinado pela fiscalização, por serviço e por dia;	02
5	Retirar funcionários ou encarregados do serviço durante o expediente, sem a anuência prévia do CONTRATANTE, por empregado e por dia;	03
<b>Para os itens a seguir, deixar de:</b>		
6	Registrar e controlar, diariamente, a assiduidade e a pontualidade de seu pessoal, por funcionário e por dia;	01



7

7	Cumprir determinação formal ou instrução complementar do órgão fiscalizador, por ocorrência;	02
8	Substituir empregado que se conduza de modo inconveniente ou não atenda às necessidades do serviço, por funcionário e por dia;	01
9	Cumprir quaisquer dos itens do Edital e seus Anexos não previstos nesta tabela de multas, após reincidência formalmente notificada pelo órgão fiscalizador, por item e por ocorrência;	03
10	Indicar e manter durante a execução do contrato os prepostos previstos no edital/contrato;	01
11	Providenciar treinamento para seus funcionários conforme previsto na relação de obrigações da CONTRATADA	01

20.5. Também ficam sujeitas às penalidades do art. 87, III e IV da Lei nº 8.666, de 1993, as empresas ou profissionais que:

20.5.1. tenham sofrido condenação definitiva por praticar, por meio dolosos, fraude fiscal no recolhimento de quaisquer tributos;

20.5.2. tenham praticado atos ilícitos visando a frustrar os objetivos da licitação;

20.5.3. demonstrem não possuir idoneidade para contratar com a Administração em virtude de atos ilícitos praticados.

20.6. A aplicação de qualquer das penalidades previstas realizar-se-á em processo administrativo que assegurará o contraditório e a ampla defesa à CONTRATADA, observando-se o procedimento previsto na Lei nº 8.666, de 1993, e subsidiariamente a Lei nº 9.784, de 1999.

20.7. As multas devidas e/ou prejuízos causados à Contratante serão deduzidos dos valores a serem pagos, ou recolhidos em favor da União, ou deduzidos da garantia, ou ainda, quando for o caso, serão inscritos na Dívida Ativa da União e cobrados judicialmente.

20.7.1. Caso a Contratante determine, a multa deverá ser recolhida no prazo máximo de 20 (vinte) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.

20.8. Caso o valor da multa não seja suficiente para cobrir os prejuízos causados pela conduta do licitante, a União ou Entidade poderá cobrar o valor remanescente judicialmente, conforme artigo 419 do Código Civil.

20.9. A autoridade competente, na aplicação das sanções, levará em consideração a gravidade da conduta do infrator, o caráter educativo da pena, bem como o dano causado à Administração, observado o princípio da proporcionalidade.

20.10. Se, durante o processo de aplicação de penalidade, se houver indícios de prática de infração administrativa tipificada pela Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, como ato lesivo à administração pública nacional ou estrangeira, cópias do processo administrativo necessárias à apuração da responsabilidade da empresa deverão ser remetidas à autoridade competente, com despacho fundamentado, para ciência e decisão sobre a eventual instauração de investigação preliminar ou Processo Administrativo de Responsabilização - PAR.

- 20.11. A apuração e o julgamento das demais infrações administrativas não consideradas como ato lesivo à Administração Pública nacional ou estrangeira nos termos da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, seguirão seu rito normal na unidade administrativa.
- 20.12. O processamento do PAR não interfere no seguimento regular dos processos administrativos específicos para apuração da ocorrência de danos e prejuízos à Administração Pública Federal resultantes de ato lesivo cometido por pessoa jurídica, com ou sem a participação de agente público.
- 20.13. As penalidades serão obrigatoriamente registradas no SICAF.

## 21. CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR.

- 21.1. As exigências de habilitação jurídica e de regularidade fiscal e trabalhista são as usuais para a generalidade dos objetos, conforme disciplinado no edital.
- 21.2. Os critérios de qualificação econômica a serem atendidos pelo fornecedor estão previstos no edital.
- 21.3. Os critérios de qualificação técnica a serem atendidos pelo fornecedor serão:
- 21.3.1. Comprovação de aptidão para a prestação dos serviços em características, quantidades e prazos compatíveis com o objeto desta licitação, ou com o item pertinente, por período não inferior a um ano, mediante a apresentação de atestados fornecidos por pessoas jurídicas de direito público ou privado.
  - 21.3.2. Os atestados deverão referir-se a serviços prestados no âmbito de sua atividade econômica principal ou secundária especificadas no contrato social vigente;
  - 21.3.3. Somente serão aceitos atestados expedidos após a conclusão do contrato ou se decorrido, pelo menos, um ano do início de sua execução, exceto se firmado para ser executado em prazo inferior, conforme item 10.8 da IN SEGES/MPDG n. 5, de 2017.
  - 21.3.4. Os atestados deverão comprovar que a LICITANTE executou serviços de terceirização compatíveis em quantidade com o objeto licitado com no mínimo 50% (cinquenta por cento) do quantitativo total estimado, por período não inferior a 01 (um) ano, sendo aceito o somatório de atestados
  - 21.3.5. Para a comprovação da experiência mínima de 1 (um) ano, será aceito o somatório de atestados de períodos diferentes, não havendo obrigatoriedade de os três anos serem ininterruptos, conforme item 10.7.1 do Anexo VII-A da IN SEGES/MPDG n. 5/2017
  - 21.3.6. Poderá ser admitida, para fins de comprovação de quantitativo mínimo do serviço, a apresentação de diferentes atestados de serviços executados de forma concomitante, pois essa situação se equivalet, para fins de comprovação de capacidade técnico-operacional, a uma única contratação, nos termos do item 10.9 do Anexo VII-A da IN SEGES/MPDG n. 5/2017.
  - 21.3.7. O licitante disponibilizará todas as informações necessárias à comprovação da legitimidade dos atestados apresentados, apresentando, dentre outros documentos, cópia do contrato que deu suporte à contratação, endereço atual da contratante e local em que foram prestados os serviços, consoante o disposto no item 10.10 do Anexo VII-A da IN SEGES/MPDG n. 5/2017.
- 21.4. Os critérios de aceitabilidade de preços serão:



## UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO

7

21.4.1. Valor Global: R\$ 550.945,05 (quinhentos e cinquenta mil, novecentos e quarenta e cinco reais e cincocentavos).

21.4.2. Valores unitários: conforme planilha de composição de preços anexa ao edital.

21.5. O critério de julgamento da proposta é o menor preço global.

21.6. As regras de desempate entre propostas são as discriminadas no edital.

### **22. ESTIMATIVA DE PREÇOS E PREÇOS REFERENCIAIS.**

22.1. O custo estimado da contratação é o previsto no valor global máximo.

22.2. Tal valor foi obtido a partir de pesquisa de preços no mercado fornecedor e em licitações realizadas no serviço público federal, obtidas pelo site de compras governamentais

Rio de Janeiro, 03 de março de 2022.

---

## ANEXO 1

### INSTRUMENTO DE MEDIÇÃO DE RESULTADO (IMR)

INDICADOR 1: Execução dos serviços dentro da periodicidade indicada		
Item	Descrição	
Finalidade	Garantir a execução dos serviços conforme prazos estabelecidos no cronograma fornecido pela Contratante	
Meta a cumprir	100% dos serviços agendados e executados nos prazos estabelecidos para o período.	
Instrumento de Medição	Planilhas de Controle de serviços agendados e executados emitidas pelo Fiscal do Contrato.	
Forma de Acompanhamento	Verificação, pelo Fiscal do Contrato, do cumprimento de prazos definidos no cronograma e nos serviços solicitados em garantia, através da verificação de relatórios comprobatórios da execução dos serviços, encaminhados pela CONTRATADA.	
Periodicidade	Conforme cronograma de execução de serviços fornecido pela CONTRANTE.	
Mecanismo de cálculo	Quantidade de dias de atraso na execução do serviço, em relação aos prazos contidos no cronograma = <b>Y</b>	
Início da Vigência	Emissão da Ordem de Serviço pela CONTRANTE	
Faixas de ajuste no pagamento	<b>Y</b>	<b>Desconto</b>
	$5 < Y \leq 10$	2,5% sobre o valor total dos serviços referentes ao período de faturamento.
	$10 < Y \leq 30$	5,0% sobre o valor total dos serviços referentes ao período de faturamento.
	$Y > 30$	10,0% sobre o valor total dos serviços referentes ao período de faturamento.
Sanções	Conforme item 20do Termo de Referência, nos termos da Lei nº 8.666, de 1993, e da Lei nº 10.520, de 2002.	

**DECLARAÇÃO DE PLENO CONHECIMENTO DAS CONDIÇÕES NECESSÁRIAS PARA  
A PRESTAÇÃO DO SERVIÇO**

À Comissão Especial de Licitação

Ref: PREGÃO ELETRÔNICO nº \_\_/20\_\_

Prezados Senhores,

A **[Licitante - nome - sede - CNPJ]**, por seu representante legal abaixo assinado **[nome, profissão, domicílio, CPF e RG]**, DECLARA, para os fins de direito e sob as penas da lei, que tem pleno conhecimento das condições necessárias para a prestação dos serviços objeto do referido Pregão, bem como das demais informações disponibilizadas e dos termos e condições estabelecidos no EDITAL, TERMO DE REFERÊNCIA e na minuta de CONTRATO.

Rio de Janeiro, \_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ 20\_\_

\_\_\_\_\_  
[assinatura do representante legal]